



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

*São Francisco de Assis-RS*

*Gabinete. Ver. Ebertom Luiz*

Memorando nº 23/2025

São Francisco de Assis, 23 de setembro de 2025.

**Ao Senhor Vereador  
Rudinei Cortese  
Presidente desta Casa.**

Assunto: Substituição de Projeto de Lei.

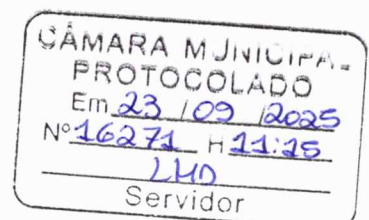
Senhor Presidente,

Considerando a necessidade de adequações ao texto original do Projeto de Lei nº 89/2025, apresento, por meio deste, o Projeto substitutivo, que tem por objetivo a adequação do conteúdo proposto no projeto.

Solicito, portanto, que seja recebida a presente proposição em substituição ao projeto anteriormente protocolado, para que tramite nas comissões e no plenário, conforme Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**Vereador  
Ebertom Luiz**





**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 89/2025**

“ Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir, em caráter preventivo e informativo, pontos de apoio e divulgação do trabalho de proteção à mulher, e para acolhimento de denúncias de violência contra a mulher, em grandes eventos realizados no município de São Francisco de Assis/RS.”

Rubemar Paulinho Salbego, Prefeito Municipal de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art.1º - Fica O Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, durante a realização de grandes eventos do município, pontos de apoio e divulgação do trabalho de proteção à mulher e espaços de acolhimento de denúncias de violência contra a mulher.

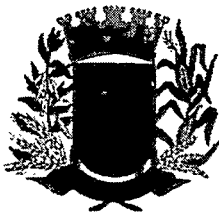
§ 1º A instituição desses pontos tem como objetivo garantir o acesso das vítimas à rede de apoio e promover sua proteção e acolhimento, em caráter preventivo e informativo.

§ 2º Entende-se como grandes eventos aqueles que, por sua natureza, atraem público expressivo, tais como festivais, shows, feiras, festas populares, eventos esportivos e culturais.

Art. 2º - Os pontos de apoio e denúncia poderão ser compostos por:

I – Profissionais capacitados para informar e orientar sobre os procedimentos legais e encaminhar mulheres em situação de violência para a rede de proteção;

II – Materiais informativos sobre os tipos de violência, canais de denúncia (Como o Ligue 180 e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher do Município) e serviços de apoio psicológico e jurídico disponíveis;



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**

III – Divulgação de serviços de saúde, bem como de informações sobre prevenção de doenças;

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, no âmbito do regulamento desta Lei, definir as diretrizes para acolhimento e o encaminhamento de vítimas, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente, em especial a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco de Assis, 22 de setembro de 2025.

**Rubemar Paulinho Salbego**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/RS**

### **JUSTIFICATIVA**

O vereador Ebertom Luiz, integrante da bancada do PDT, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar à deliberação plenária o Projeto de Lei atual, que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir, em caráter preventivo e informativo, pontos de apoio e divulgação do trabalho de proteção à mulher, e para acolhimento de denúncias de violência contra a mulher, em grandes eventos realizados no município de São Francisco de Assis/RS.

A presente proposta tem como objetivo instituir pontos de apoio e divulgação do Trabalho de Proteção à Mulher e espaços destinados ao recebimento de denúncias de violência contra a mulher durante a realização de grandes eventos no Município de São Francisco de Assis/RS.

A iniciativa visa ampliar a visibilidade das políticas públicas de combate à violência de gênero, bem como oferecer um canal de acolhimento e encaminhamento imediato para vítimas em situação de vulnerabilidade.

Do ponto de vista da viabilidade administrativa, o projeto respeita os limites constitucionais do Poder Legislativo Municipal, conferindo ao Executivo a competência para regulamentação e implementação das medidas previstas, observada a disponibilidade orçamentária. O prazo de 180 dias para a regulamentação busca assegurar que a lei tenha efetividade e seja aplicada de forma organizada e eficiente.

Diante do exposto, este Projeto de Lei representa um avanço nas políticas públicas de proteção às mulheres, promovendo um ambiente mais seguro e inclusivo no Município de São Francisco de Assis/RS. Por essas razões, conto com o apoio dos nobres edis para sua aprovação.

**São Francisco de Assis/RS, 22 de setembro de 2025.**

**VEREADOR EBERTOM LUIZ  
BANCADA DO PDT**